

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA TRE/TO Nº 613, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021 (*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o contido no SEI 0005067-11.2021.6.27.8000 e considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, §2º, ambos da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, XVIII, da Resolução TRE-TO nº. 282, de 11 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal relativo ao 2º Quadrimestre de 2021, constante do demonstrativo anexo a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS' (b)	
	LIQUIDADAS														
	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.538.876,15	5.789.616,87	9.785.189,48	9.011.194,77	7.120.466,44	5.856.879,03	5.718.321,67	5.623.993,06	5.617.480,33	5.757.353,09	5.676.336,01	5.684.863,18	77.180.570,08	-	
Pessoal Ativo	5.035.493,82	5.286.234,54	9.039.157,80	8.507.812,44	6.365.392,88	5.352.755,95	5.214.568,97	5.107.899,23	5.098.301,22	5.238.173,98	5.136.738,82	5.157.070,51	70.539.600,16	-	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.229.929,46	4.475.559,01	7.423.934,06	7.691.501,74	5.563.517,69	4.558.733,51	4.410.120,36	4.307.294,32	4.300.160,49	4.442.482,61	4.341.268,19	4.353.756,21	60.098.257,65	-	
Obrigações Patronais	805.564,36	810.675,53	1.615.223,74	816.310,70	801.875,19	794.022,44	804.448,61	800.604,91	798.140,73	795.691,37	795.470,63	803.314,30	10.441.342,51	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	503.382,33	503.382,33	746.031,68	503.382,33	755.073,56	504.123,08	503.752,70	516.093,83	519.179,11	519.179,11	539.597,19	527.792,67	6.640.969,92	-	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	456.833,17	456.833,17	676.062,25	456.833,17	685.249,80	456.833,16	456.833,16	469.174,29	472.259,57	472.259,57	472.259,57	472.259,90	6.003.690,78	-	
Pensões	46.549,16	46.549,16	69.969,43	46.549,16	69.823,76	47.289,92	46.919,54	46.919,54	46.919,54	46.919,54	67.337,62	55.532,77	637.279,14	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	503.382,33	517.905,14	746.031,68	214.553,89	755.073,56	504.123,08	590.269,69	516.093,83	519.979,12	519.179,11	579.079,80	527.792,67	6.493.463,90	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.482,61	-	39.482,61	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	14.522,81	-	-	-	-	86.516,99	-	800,01	-	-	-	101.839,81	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	503.382,33	503.382,33	746.031,68	214.553,89	755.073,56	504.123,08	503.752,70	516.093,83	519.179,11	519.179,11	539.597,19	527.792,67	6.352.141,48	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.035.493,82	5.271.711,73	9.039.157,80	8.796.640,88	6.365.392,88	5.352.755,95	5.128.051,98	5.107.899,23	5.097.501,21	5.238.173,98	5.097.256,21	5.157.070,51	70.687.106,18	-	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								VALOR				%SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)								938.730.994.036,87				-			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)								70.687.106,18				0,007530			
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)								116.365.094,02				0,012396			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)								110.546.839,32				0,011776			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)								104.728.584,62				0,011156			

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 22/set/2021, 08h e 00m.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Observando o que dispõe o inciso IV, §1º do art. 19 da LRF, foram excluídos da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" os valores de R\$ 8.132,72 na coluna "Mar/21" e de R\$ 445,66 na coluna "Abr/21", por se referirem a despesas cujas competências pertencem ao período de apuração.
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.055, de 20 de setembro de 2021, publicada em 21 de setembro de 2021.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

		R\$ 1,00	
		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		77.180.570,08	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)		6.493.463,90	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		70.687.106,18	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		938.730.994.036,87	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100		0,007530%	
		% DA RCL	
		VALOR	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,012431%	116.693.649,87
	Resol. CNJ 5/2005	Ato decorrente: Portaria TSE nº478, de 26/9/05	0,012419%
	Resol. CNJ 26/2006	Ato decorrente: -	-
	Resol. CNJ 177/2013	Ato decorrente: Portaria TSE nº 385, de 22/8/13	0,012396%
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015		-	

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO
Presidente do Tribunal

JOSE MACHADO DOS SANTOS
Diretor-Geral

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento

JACINTA BRITO TAVARES
Coordenadora de Auditoria Interna

(*) Republicação, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição do Diário Oficial da União nº. 182, de 24 de setembro de 2021, Seção 1, pág. 152.

